



Miguel Poiares Maduro

Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

***Discurso na Tomada de Posse do Presidente da Comissão de
Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte***

CCDR Norte

Lisboa, 09 de agosto de 2013



As minhas primeiras palavras hoje são de saudação ao Professor Doutor Emídio Gomes, que toma posse do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região (CCDR) Norte.

Expresso também nesta ocasião o meu agradecimento ao Eng.º Carlos Neves, que assegurou interinamente essas as funções.

Gostaria de desejar ao Professor Emídio Gomes os maiores sucessos, saudá-lo pelo empenho em responder aos desafios que as suas novas responsabilidades comportam e sublinhar as qualidades que fazem dele uma pessoa singularmente indicada para esses desafios.

O Professor Emídio Gomes junta a uma vasta experiência académica, de mérito reconhecido, uma também já longa e bem sucedida experiência de gestão.

O seu domínio da prática científica e sua capacidade de organização e liderança, focada na obtenção de resultados, serão ativos fundamentais para o desempenho da missão que agora assume, na direção de um serviço público cuja vocação é a de ser um organismo agregador das políticas públicas sectoriais, projetando-as no território.

A vocação do estudo, que a boa deliberação recomenda, e a vocação da ação e coordenação de esforços, que a sua execução exige, são atributos que, estou certo, o Professor Emídio Gomes porá ao serviço do melhor desempenho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região (CCDR) Norte, fazendo jus ao prestígio que esta instituição granjeou, ao longo de 35 anos de atividade.



Há que reconhecer que nos últimos anos as CCDR passaram a estar muito orientadas para a gestão dos fundos europeus de natureza regional. Essa tarefa absorveu muitos dos seus recursos humanos, que em larga medida foram desviados do trabalho de estudar e planear, conhecer e integrar políticas públicas.

Temos que voltar aos fundamentos que estiveram na origem da criação das CCDR: identificar os grandes projetos, as potencialidades, os recursos e as ambições regionais e sub-regionais. Os fundos europeus serão apenas um factor a potenciar essa estratégia e essa ambição.

Para o Governo, a ação das CCDR reveste-se da maior importância. É disso reflexo a nova Lei Orgânica, recentemente aprovada, e que as integra na Presidência do Conselho de Ministros.

Sendo, como referi, o serviço público de projeção das políticas sectoriais ao nível territorial, as CCDR são o principal interface entre a Administração Central e o território, cuja matriz institucional é o municipalismo.

O respeito pelo municipalismo, pilar essencial da organização do Estado e reflexo do pluralismo político-partidário que define a nossa democracia, impõe uma marca de estrita independência partidária à ação das CCDR, marca que, estou certo, definirá o desempenho da CCDR Norte, sob a direção do Professor Emídio Gomes.



A presente ligação das CCDR aos municípios, o seu acompanhamento e apoio constantes, o respeito pela sua independência são traços fortíssimas da tradição das CCDR, que é necessário manter e reforçar, numa postura de grande respeito e atenção que é devida aos legítimos representantes dos órgãos do poder local, que são os seus autarcas e em particular os seus presidentes de câmara.

Aproveito a ocasião para prestar homenagem aos muitos presidentes que agora cessam funções e que, na esmagadora maioria dos casos, deram o melhor do seu esforço ao serviço das populações que os elegeram.

Não me referirei neste momento ao importante papel das CCDR nas áreas do ambiente e do ordenamento do território, ao qual se referiu o meu colega de Governo, o Dr. Jorge Moreira da Silva.

O momento em que o Professor Emídio Gomes assume as suas novas funções é um momento particularmente importante no domínio do desenvolvimento territorial.

Está à vista o final de um quadro plurianual de fundos europeus, e a complexa situação económico-social do país requiere de todos nós esforços redobrados.

A reanimação do investimento reveste-se de importância crucial na atual conjuntura. Apressar a realização de projetos com fundos já comprometidos mas ainda não executados será um contributo muito valioso para estimular o crescimento económico.



Ao mesmo tempo, preparamos o próximo quadro plurianual. O presidente da CCDR Norte será também o presidente da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional, e terá um papel essencial na sua preparação, onde teremos de colocar ênfase acrescida na orientação do investimento público para objetivos e resultados, concretos e mensuráveis, no âmbito da aposta na criação de riqueza e emprego, que será, nos próximos anos, o seu mote.

Este conjunto de circunstâncias recomenda que elabore convosco algumas das linhas-mestras sobre o assunto.

Os fundos estruturais serão, nos próximos anos, entre 2014 e 2020, o essencial do que este Governo, qualquer Governo, disporá para apoiar o desenvolvimento do País e a correção das assimetrias regionais que ainda persistem.

Temos ainda bem presente o facto de o arranque do próximo ciclo de programação 2014-2020 vir a coincidir com a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira.

É-lhe desse modo conferido um papel instrumental essencial na transição para um quadro de financiamento da economia portuguesa normalizado, onde os recursos são escassos, o regresso ao défice externo nos está vedado e o investimento é crucial para que a economia retome uma trajetória de crescimento sustentado, invertendo a tendência de estagnação e divergência iniciada em 2000.



Não nos restam dúvidas que hoje o principal défice do País não é um défice de infraestruturas, mas de competitividade, pelo que o primeiro objectivo que definimos para os fundos será a dinamização de uma economia aberta ao exterior, capaz de gerar riqueza de maneira sustentada.

Privilegiaremos, assim, o apoio à aceleração da mudança de perfil de especialização da atividade produtiva para o sector dos bens e serviços transaccionáveis, isto é, bens e serviços exportáveis ou susceptíveis de substituir importações.

Privilegiaremos também a reforma e modernização administrativa do Estado, onde é crucial o desenvolvimento do seu capital humano.

No domínio do capital humano, não atentaremos apenas às necessidades do Estado, mas da economia e da sociedade em mutação como um todo, tendo em conta muito especialmente o desemprego estrutural.

Os dados mais recentes sobre a evolução da taxa de desemprego são animadores. Mas há uma grande batalha por travar nessa frente e vencer esse flagelo é a prioridade do Governo.

E a aposta no capital humano, tanto no sector público como no sector privado, é um objetivo não apenas consistente com a aposta na competitividade externa, mas também fundamental para vencermos essa aposta.



Num sentido semelhante, será feita uma forte aposta no aumento do capital social. Os estudos demonstram que onde existem redes sociais fortes - família, vizinhança, comunidade, associações e instituições de solidariedade - não é apenas a qualidade de vida que é melhor, mas também a competitividade e o emprego regionais beneficiam.

Esforçar-nos-emos para que os fundos sejam um incentivo à mudança de culturas institucionais, tanto entre agentes e organizações da administração pública como entre privados.

Ao nível central, não vamos escolher áreas ou sectores. Nenhum Governo se pode substituir à massa crítica de todos os cidadãos e agentes económicos na identificação de boas ideias de negócio e bons projetos.

Não é o financiamento do Estado que deve ser a origem da ideia de negócio, mas são as boas ideias de negócio e os bons projetos, nascidos na sociedade, que devem merecer o financiamento público.

É, portanto, com grande expectativa que acompanhamos o desenvolvimento das estratégias de especialização inteligente que estão a ser elaboradas, pelas CCDR, com o envolvimento de todos os atores territoriais relevantes.

Vamos incentivar uma lógica de plurifundos, isto é, integrá-los tanto quanto possível, na óptica dos projetos a financiar, e não na perspectiva do fundo comunitário de onde procede a verba.



Iremos favorecer o financiamento reembolsável, por comparação com o financiamento a fundo perdido. Mas não perdemos de vista que estamos num quadro competitivo internacional de oferta de fundos, e não deixaremos que boas ideias se desloquem para outras paragens, porque as condições de financiamento são mais favoráveis.

São estas as grandes linhas de atuação para os próximos anos no domínio dos fundos europeus e da sua relação com o desenvolvimento regional.

Confio em que receberemos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte o maior empenho na superação dos grandes desafios nacionais que se nos anteparam.

O Norte do país é uma região com um imenso potencial industrial e exportador e, portanto, especialmente bem colocada para tirar o máximo de partido do próximo quadro plurianual de fundos europeus.

Temos as melhores razões para esperar que Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte estará, sob a presidência do Professor Emídio Gomes, à altura da plena concretização dessas potencialidades.

(prevalece a versão lida)